Rivaldo nega envolvimento no assassinato de Marielle

Ex-chefe da Polícia Civil do Rio fala em vingança de Ronnie Lessa

Da Redação

Tomaz Silva/Agência Brasil

Rivaldo disse à PF que sequer conhecia os irmãos Brazão

Vingança por ter sido preso. Essa foi a justificativa dada por Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, para ter sido incluído na delação premiada de Ronnie Lessa na trama para assassinar a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes. Rivaldo negou qualquer participação no crime. Disse que não conhece os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, respectivamente deputado pelo União Brasil do Rio de Janeiro e ex-desembargador, apontados por Ronnie Lessa, junto com o próprio Rivaldo, como mandantes do crime. Lessa é o assassino confesso de Marielle e Anderson.

O depoimento de Rivaldo Barbosa foi marcado a pedido dele. Da cadeia, ele escreveu um bilhete ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, relator do inquérito, implorando para ser ouvido. Diante do pedido, Moraes autorizou a oitiva, que aconteceu na tarde de segunda-feira (3).

No depoimento, o ex-chefe da Polícia Civil disse, então, ter sido vítima de uma armação de Ronnie Lessa. Diante do que ele declarou, fontes próximas ao caso afirmam que não haveria chance de Rivaldo vir a colaborar com a investigação, já que ele nega qualquer participação. Assim, se afirma não estar envolvido, não teria o que acrescentar numa eventual colaboração.

"Ele nunca esteve com essas pessoas, não conhece essas pessoas", afirmou, referindo-se aos irmãos Brazão, o advogado Marcelo Ferreira, que representa Rivaldo, após o depoimento. Segundo Ferreira, Rivaldo entregou seu celular ao ser preso. "Cadê as conversas com ele?", questionou. "Se foi combinado um ano antes que ele receberia um valor para não investigar um crime que aconteceria no futuro, cadê qualquer elemento em relação a isso? Não tem. A Polícia Federal não conseguiu trazer isso, e ficou muito claro no depoimento que realmente ele nunca teve contato com ninguém".

Rivaldo Barbosa foi preso no dia 24 de março, no Rio de Janeiro. No mesmo dia, foram presos Chiquinho e Domingos Brazão. O policial foi enviado para a penitenciária de Brasília. A acusação contra ele é de que teria ajudado a planejar o crime e que atuaria na polícia no sentido de atrapalhar o curso das investigações.

Milícia

No seu depoimento, Ronnie Lessa, além de confessar o crime, disse que, mais do que ser contratado para o assassinato, teria recebido um convite para, a partir daí, entrar também para a milícia da qual, segundo ele, faziam parte os irmãos Brazão. Segundo ele, para integrar uma "sociedade". Ele afirma que receberia o comando de uma nova área de loteamentos em Jacarepaguá, zona Oeste do Rio, que passaria a comandar. Um negócio, segundo ele, milionário.

Nesse processo, ele afirma que a função de Rivaldo seria desviar o foco da apuração. Nas palavras de Ronnie Lessa, para direcionar o "canhão para outro lado".

Negativa

À Polícia Federal, Rivaldo negou toda a versão. Disse que não conhecia os Brazão. E que foi ele quem descobriu a autoria do crime e prendeu Ronnie Lessa.

Rivaldo Barbosa tornou-se chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro um dia antes do assassinato de Marielle e de seu motorista. Quando Rivaldo foi preso, a própria mãe de Marielle, Marinete Silva, mostrou-se de certa forma surpresa. Ela afirmou que Marielle confiava no então chefe da Polícia Civil, e que chegou mesmo a colaborar com ele em outras ocasiões.

Fake news: o foco de Cármen Lúcia no Tribunal Superior Eleitoral

Por Ana Paula Marques

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Cármen assume comando no lugar de Moraes

Na noite de segunda-feira (3), a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia tomou posse pela segunda vez como presidente do Tribunal Eleitoral (TSE). Elogiada em uma sessão solene no plenário da Corte, em Brasília, Cármen assumiu a cadeira deixada por Alexandre de Moraes. Tomou posse também seu vice, o ministro Nunes Marques. Juntos, eles irão comandar as eleições municipais de outubro deste ano.

Cármen Lúcia é a primeira mulher a presidir a Corte. Porém, essa não será a primeira vez que a ministra lidera a Corte Eleitoral. Ela também presidiu o TSE entre abril de 2012 e novembro de 2013. Agora, seu mandato deve durar dois anos, até 2026. Na sessão que a elegeu, Moraes parabenizou a ministra e disse ter "tranquilidade, felicidade e honra" em passar a cadeira para Cármen Lúcia. Disse também que a magistrada é "exemplar" e "brilhante".

Na posse da ministra, estavam presentes o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), além de representantes da Ordens dos Advogados do Brasil, seu antecessor, Alexandre de Moraes e outros ministros.

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados com notório saber jurídico, e também, em igual número ministros substitutos nas respectivas categorias.

Fake News

O combate à desinformação foi um dos principais pontos do discurso de Cármen Lúcia. "Contra o vírus da mentira existe o remédio eficaz: a liberdade de informação séria e responsável", disse ela. "As mentiras que nas redes sociais se maquinam alimentando industria e enriquecendo seus responsáveis não substituem a vida, mas são um obstáculo para o exercício pleno das liberdades. As mentiras espelhadas pelos meios digitais são um desaforo para as democracias, um instrumento de covardes e egoístas. Por isso que, sem ser fácil, a democracia deve ser buscada e garantida", declarou.

Foi Cármen Lúcia quem elaborou a resolução que proibiu a disseminação de fake news manipuladas por inteligência artificial, as chamadas deep fakes, e abriu caminho para punir plataformas que não removerem conteúdos falsos com agilidade durante a campanha. A nova presidente também relembrou a atuação do ministro Moraes nas eleições gerais de 2022.

"Ficará sempre creditado ao ministro Alexandre de Moraes o resguardo da democracia, ministro que deu continuidade aos trabalhos de todos os outros presidentes que nos antecederam nesses 92 de existência da Justiça Eleitoral. Como cidadã e juíza, agradeço a atuação desse grande ministro que, por meio de suas ações, eleições seguras, sérias e transparentes aconteceram em momento de grande pertubação provocada por antidemocráticos", disse.

A ministra também agradeceu aos servidores da justiça eleitoral. "Temos no Brasil mais de 570 mil urnas eletrônicas disponibilizadas com a mesma segurança que essa justiça dá a cada eleitora e a cada eleitor brasileiro. Eleições com segurança, transparência e tranquilidade ocorrerão nesse ano, como aconteceram nos anos passados a mentira continuará a ser combatida", declarou Cármen Lúcia.

Eleições

Em um breve pronunciamento na abertura da cerimônia, Moraes afirmou que a ministra vem se esforçando para garantir a participação das mulheres na política e para combater as fraudes à cota de gênero. "Uma histórica defensora do Estado democrático de Direito". Ele também declarou que a presidente do TSE irá garantir "eleições livres, seguras e transparentes, consolidando ainda mais a nossa democracia."

O ministro Raul Araújo, corregedor da Justiça Eleitoral, afirmou que a ministra assume com a missão de articular um "fundamental diálogo político pacificador, aguardado e ansiado pela maioria da população".

Cármen Lúcia

A ministra nasceu em Montes Claros, ao norte de Minas Gerais, e completou 70 anos em abril. É graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG), universidade na qual também é professora. Tem mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A agora presidente da Corte Eleitoral foi indicada ao STF pelo presidente Lula para substituir Nelson Jobim, Cármen integra o Supremo há 17 anos e foi presidente da Suprema Corte de 2016 a 2018.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Arthur Lira (PP-AL) presidiu sessão que aprovou emenda

PEC das Praias passou fácil na Câmara dos Deputados

Alvo da esquerda e de setores ambientalistas, o projeto que retira da União a propriedade da maior parte dos terrenos de marinha foi aprovada com 81% de votos favoráveis na Câmara em fevereiro de 2022.

Agora relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a Proposta de Emenda Constitucional já na época foi acusada pelo PT, Psol, Rede e PSB de facilitar a privatização de praias e de estimular a especulação imobiliária. A grande maioria dos deputados do PCdoB e do PDT votou a favor da PEC.

Caso aprovada, a proposta acabaria com o direito da União de cobrar foro e laudêmio de imóveis à beira-mar que ficam nessas áreas (caso, por exemplo, da maioria dos apartamentos da Avenida Atlântica, em Copacabana).

Acesso restrito

Para os críticos da PEC, a mudança abriria caminho para a devastação ambiental e permitiria que condomínios e resorts, impeçam ou dificultem o acesso da população a praias. Defensor da mudança, Flávio Bolsonaro, porém, nega a possibilidade de privatização.

Fim de taxas

Os favoráveis à PEC — de autoria do então deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) — evitaram o tema da privatização e ressaltaram o fim das cobranças aos foreiros. Mas a oposição frisou que as taxas poderiam ser eliminadas por projeto de lei, sem o fim da propriedade da União.

Lula Marques/ Agência Brasil

Flávio Bolsonaro relata a proposta no Senado

Risco de privatização diminui chance de proposta

Ontem, mesmo senadores que defendem a PEC admitiam que a ênfase no tema de privatização de praias dificulta o sim à proposta. "Não sei se há clima para aprovar", disse um integrante da oposição alinhado à família Bolsonaro.

O tema é tão delicado que a consulta pública aberta pelo Senado indica que nem mesmo os bolsonaristas se mobilizaram para apoiar a proposta: às 18h de ontem, havia 142.981 votos contra (98,7%) e apenas 1.814 a favor.

Já o projeto de anistia a participantes da tentativa de golpe do 8 de Janeiro apresentava placar bem mais dividido: 557.871 (50,43%) contra e 548.242 (49,56%) a favor.

Desacelera, Dino

O governo do Rio de Janeiro tenta convencer o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, a tirar o pé do acelerador no caso do processo que trata da dívida fluminense com o governo federal. Quer que ele não se apresse a levar o caso para o plenário.

Destaque

No início de maio, o ministro Dias Toffoli concedeu decisão provisória que limitou em R$ 4,9 bilhões o valor que o Rio terá que pagar este ano à União. O caso foi para o plenário virtual — e Dino pediu um destaque. Agora, a ação será julgada presencialmente

Menos mortes

O CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) analisou os dados dos quatro primeiros meses deste ano e verificou que os homicídios caíram 16,8% no Estado do Rio em relação ao mesmo período de 2023. A mortes por intervenção de policiais despencaram 50,6%;

Aumentos

Números revelam que em alguns municípios assassinatos continuam em alta. Em Itaperuna, o salto foi de 145,5% (de 11 para 27); em Queimados, de 60% (de 35 para 56). Cabo Frio registrou 78 homicídios. Em bairros dominados por milicianos as taxas também preocupam.